



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ex. 1000 - 325

A POLÍTICA DE MUNICIPALIZAÇÃO NO ÂMBITO
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

des. auto. Jones - 1986



INSTITUTO
BUTANTAN
A serviço da vida

Mod. 05 6A

Serviço Gráfico - DAS



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

A POLÍTICA DE MUNICIPALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Introdução

A reconhecida ineficiência dos atuais serviços de Saúde no Setor Público chegou em seu ápice.

A tal ponto que, às insatisfações crescentes da população e dos profissionais de saúde vem se somar os poderes federal, estadual e municipal, que pressionam na busca de soluções e alternativas para o desenho de um novo Sistema de Saúde, que contemple a saúde como um direito inalienável do Homem e responsabilidade do Estado.

O poder municipal vive hoje, um momento de grande combatividade no sentido de que as decisões políticas sejam efetivamente descentralizadas neste país e que, juntamente com ela, também os recursos tributários sejam proporcionalmente melhor distribuídos entre a União, Estados e Municípios, através de uma reforma tributária justa.

A progressiva centralização do poder pela União, que impôs aos Estados, e principalmente aos municípios brasileiros, uma situação de quase insolvência, frente aos problemas cada vez mais crescentes da população, instrumentalizada pela reforma tributária de 1967, vem hoje sendo veementemente questionada pelo poder municipal.

Todo o "movimento municipalista" dentro da área da saúde, esta intrinsecamente ligado as propostas de integração dos diferentes serviços existentes, a execução dos serviços básicos de saúde pelo nível municipal e a ampliação dos recursos financeiros aplicados no setor.

É incontestável pois a necessidade de uma ampla redefinição do papel do município perante o atual Sistema de Saúde, passando a assumir gradativamente, maior responsabilidade e resolutividade na prestação de serviços básicos à população.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETARIO

A Secretaria de Estado da Saúde e a Municipalização

As diversas formas que a municipalização da Saúde tem assumido no Estado de São Paulo, é fruto de uma ação deliberada e coordenada pela atual gestão da Secretaria da Saúde.

Nesse sentido vale ressaltar a atuação do Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde, através do instrumento denominado "Convênio de Integração para o Desenvolvimento de Ações de Saúde e Saneamento", que tem como objetivo uma maior articulação, apoio e assessoria técnica aos municípios, principalmente os de pequeno porte, no caminho da construção de uma nova Política de Saúde voltada as reais necessidades de nossa população.

A Secretaria de Estado da Saúde assinou este Convênio com 401 dos 572 municípios do Estado repassando a 360 deles em 1985 recursos da ordem de 36 milhões de cruzados.

Parte desses recursos foram destinados a reforma, ampliação e construção de 415 Unidades Sanitárias em municípios onde a própria Prefeitura contratou mão de obra local ou participou diretamente das obras. Isto permitiu um maior envolvimento das comunidades locais com a construção e manutenção dos Centros de Saúde.

O Convênio permitiu também contratar 630 novos médicos que possibilitaram a fixação de pelo menos 1 médico residente em 250 municípios que não dispunham desse profissional.

Foram ainda construídos 67 novos Centros de Saúde sendo que 45 deles, foram transferidos aos municípios, totalmente equipados, juntamente com os recursos para seu custeio.

Foram instalados também 278 novos consultórios completos de odontologia que realizam trabalho de prevenção e restauração saindo da visão anterior de atender apenas extrações, elevando-se a 134 o número de municípios que oferece esse tipo de atendimento.

Tudo isto permitiu ampliar o número de consultas médicas oferecidas a população de 19,3 milhões no quadriênio 1979/82 para 34,7 milhões no período de 1983/86, um aumento de 80% nos atendimentos e a incorporação das ações de assistência médica nos Centros de Saúde, anteriormente voltados



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETARIO

exclusivamente para ações preventivas, com a implantação e ampliação dos programas de saúde da mulher e saúde do trabalhador.

Mas não é esta a principal repercussão oriunda do repasse de recursos aos municípios. Embora o volume de recursos seja pequeno, cumpriu um papel de desencadeador de ações por parte dos municípios que levaram des de a criação e organização dos serviços próprios, até uma integração destes serviços com os do Estado, de modo hierarquizado, regionalizado, como componente importante de uma política de saúde, que tem como perspectiva a integração dos recursos do Setor Público, de modo a torná-lo hegemônico na prestação de serviços de saúde.

Esta experiência dos Convênios fez com que o Estado assumis se o papel de articulador da Política de Saúde, inclusive redefinindo sua inserção, enquanto executor de ações de saúde dentro de uma política global de atendimento médico-sanitário.

Ao contrário do que querem fazer crer alguns, a municipaliza ção jamais foi colocada no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde como desengargo de responsabilidade do Estado na execução das ações de saúde. Criar condições para a redefinição das competências e responsabilidades do Setor Público na Política de Saúde do Estado foi uma premissa colocada pe la Secretaria de Estado da Saúde, que na prática se traduziu por um lado na busca de instrumento de repasse de recursos ao município, hoje destituí do de poder e com os cofres vazios e, por outro, no esforço contínuo e ar ticulação política para a implanção das Ações Integradas de Saúde no Esta do.

A municipalização não aumentará os encargos do município com comitantemente ao esvaziamento da execução das ações de saúde pelo Estado. Muito pelo contrário, impõe ao Estado a reorientação destas ações, deslocando-as possivelmente para outros níveis de atenção médico-sanitária, secundária ou terciária, na dependência das realidades regional ou local. Se assim não fosse, a Secretaria de Estado da Saúde não teria admitido nestes 3 anos de governo cerca de 11.000 funcionários e servidores no seu quadro de pes soal.



INSTITUTO
BUTANTAN
A serviço da vida

Mod. GS 4A

Serviço Gráfico - DAS



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETARIO

Estas admissões refletem a preocupação de expansão e melhoria da qualidade dos serviços próprios de saúde da Secretaria.

O esforço desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde na direção da municipalização são tem uma finalidade: dar condições ao município para que possa assumir a responsabilidade pela execução do atendimento básico, cujas ações são de caráter mais simplificado e menos onerosa.

Com isto, a população está tendo acesso a um serviço de boa qualidade, prestado por uma esfera do poder público mais próxima, sensível e permeável à sua ação organizada. Através deste possível controle da população, certamente, estaremos imprimindo eficiência e racionalidade na utilização dos recursos do Setor Público destinados à saúde.

No processo de redefinição de competências o Convênio de Ações Integradas de Saúde (AIS), celebrado entre o INAMPS, o Ministério da Saúde, o Estado e os Municípios, cumpre um papel fundamental como instrumento de integração dos recursos dos três níveis de governo e possibilita avanços significativos na concretização da diretriz de municipalização dos serviços de saúde iniciada pela Secretaria.

No ano passado foram celebrados convênios com 55 Municípios do Estado, com cerca de 16 milhões de habitantes (60% da população de São Paulo) repassando-se os recursos de ordem de 30 milhões de cruzados mensais.

Neste ano deverão celebrar convênio com o Estado e o INAMPS para execução das Ações Integradas de Saúde mais 162 municípios com população estimada em 5,3 milhões de habitantes (15% da população do Estado) que receberão cerca de 22 milhões de cruzados mensais.

É fundamental no entanto, entender as Ações Integradas de Saúde (AIS) como um instrumento de fortalecimento do Setor Público na prestação de Serviços e como uma estratégia para a estruturação de um Sistema Unificado de Saúde e não apenas como um mero instrumento de repasse de recursos ou compra de serviços do Estado ou Município.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

Nesta dimensão, tanto os atais Conselhos Diretores do Convênio "Municípios Carentes", quanto a criação e formalização das Comissões Inter-institucionais de Saúde (regionais, sub-regionais e locais) se constituem em instâncias fundamentais de viabilização da reorganização dos serviços de saúde propostos.

Para finalizar queremos ressaltar que a municipalização conforme ficou estabelecido na 8ª Conferência Nacional de Saúde, recentemente concluída em Brasília, se insere num processo que transcende o âmbito da Secretaria de Estado da Saúde. Situa-se num movimento da sociedade que busca uma redefinição das competências das esferas de poder governamental e que culminará na elaboração da nova Constituição.



INSTITUTO
BUTANTAN
A serviço da vida

Med. GS 6A

Serviço Gráfico - DAS